
V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A IDEOLOGIA DA MERITOCRACIA NAS ORGANIZAÇÕES: UM ENSAIO TEÓRICO

RAPHAEL CAMARGO PENTEADO (UFPR) - raphaelpenteado@gmail.com
JOSÉ HENRIQUE DE FARIA (UFPR) - jhfaria@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na história dos estudos organizacionais do Brasil, as abordagens que consideraram o objeto de estudo da ideologia nas organizações são provenientes dos primeiros autores críticos das organizações como Tragtenberg, Covre, Guerreiro Ramos, Motta e Faria. Muito embora o conceito de ideologia em relação às organizações tenha sido abordado por esses autores, *poucas são as aproximações relativas a reprodução e atuação das ideologias dentro das organizações*. Em termos gerais, as contribuições desses autores fazem mais relação com o desvelamento da dimensão ideológica na gestão das organizações sob o controle do capital, poucas foram as obras que buscaram compreender a dinâmica de atuação da ideologia como mecanismo de controle dentro das organizações, algumas exceções caberiam às aproximações psicanalíticas reunidas por Motta, a teoria da Economia Política do Poder e o sequestro da subjetividade de Faria.

Dessa forma, o presente ensaio teórico pretende retomar a discussão da ideologia das organizações, mais precisamente investigar os modos pela qual a ideologia da meritocracia é construída dentro das organizações. Para se aproximar epistemologicamente da ideologia como objeto de estudo, é necessário antes de tudo, admitir as controvérsias e dificuldades de se pesquisar um objeto que se apresenta como uma coleção de conceitos previamente desenvolvidos para diferentes campos de estudo. De acordo com Löwy (2010), existem “poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia”, o que ocasionou em uma “acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos”.

Diante dessa característica, é necessário delimitar o conceito de “ideologia” na tentativa de reduzir sua amplitude de abstrações e subjetividade. Por conseguinte, esse ensaio se limitará ao objeto de estudo da *ideologia da meritocracia dentro das organizações*. Essa delimitação pretende basear sua análise na dimensão da realidade concreta, ou seja, fundamentada na primazia do concreto, evitando idealismos¹.

O objetivo desse ensaio teórico é: (a) *introduzir uma revisão teórico relativa à construção da ideologia da meritocracia dentro das organizações*. Para tanto, será *necessário empreender uma revisão bibliográfica acerca de determinados assuntos (b)*; (1) revisão das teorias sobre ideologia e sua relação com a organização social, (2) revisão das teorias da ideologia nas organizações produtivas, (3) revisão das aproximações teóricas de mérito e meritocracia como forma legítima de organização social, (4) revisão dos estudos acerca de instrumentos de aplicação da ideologia da meritocracia dentro das organizações.

2. CONCEPÇÕES DE IDEOLOGIA

O presente trabalho não tem a pretensão de realizar um exame crítico do imenso material bibliográfico sobre os temas que compõe o objeto desse ensaio, mas examinar as principais teorias e discutir como essas se articulam para a compreensão da ideologia da meritocracia nas organizações.

¹ Os autores reconhecem a incapacidade de se produzir um conhecimento primado na realidade concreta observável acerca do objeto proposto, mas evitam o gnosiologismo ao recorrer a realidade concreta como ponto de partida para sua apreensão. A concepção de ideologia como superestrutura, uma dimensão que por si só não é observável na realidade concreta, torna necessário o exercício contínuo de um tensionamento do objeto de pesquisa com a realidade concreta; abstração a partir do concreto, racionalização e a volta ao concreto sob a forma de concreto pensado (FARIA, 2017).

Chauí (2012), inicia sua revisão histórica sobre ideologia na filosofia grega, para a autora o pensamento Aristotélico de causalidade seria um exemplo de ideologia; “uma concepção *metafísica* para explicar de modo coerente o mundo”. Nessa interpretação, a ideologia apareceria na antiguidade desvinculada da concepção de ideologia como forma de dominação social, mas já se diferenciaria do conceito de *ideário* por não se tratar, apenas de um conjunto sistemático e encadeado de ideias mas claramente *um conjunto sistemático e encadeado de ideias que oferece uma explicação que não pode ser de fato sistematizada de forma totalizante, mas que se apresenta como tal* (CHAUÍ, 2012). Sendo assim, para Chauí (2012), a ideologia não é processo subjetivo consciente, mas “um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”.

Lenk (1971) e Barth (1971) tomam como ponto de partida da análise do pensamento ideológico a obra de Francis Bacon. Para Lenk (1971) os novos conhecimentos, fundamentados no campo empírico, sistematicamente apresentados pelas ciências naturais sobrepujaram a especulação escolástica entre os séculos XVI e XVII, sobretudo na França e Inglaterra. Para Lenk (1971), a preocupação com o “caráter ideológico” em Bacon surge no momento em que a constituição do método das ciências da natureza pressupõe uma superação das teorias escolásticas através da investigação sistemática dos fatores que conduzem aos erros na produção do conhecimento, ou seja, a investigação da *dimensão ideológica*, que limita do conhecimento científico.

Para Barth o exame crítico da faculdade cognitiva constituía uma pressuposição necessária tanto para o domínio da natureza pelo homem, como para o ordenamento da sociedade (BARTH, 1971). Outrossim, a busca por um “conhecimento verdadeiro”, livre das “falhas” ideológicas emerge, em Bacon, segundo Lenk (1971) e Barth (1971), na formulação da doutrina das *ídola* em seu *Novum Organum*. Nessa doutrina, Bacon pretendia “o pleno desenvolvimento do conhecimento humano”. Para isso, “Era preciso evitar tanto a fé cega na autoridade, como a aceitação acrítica das opiniões convencionais” (LENK, 1971) além de “revelar aqueles produtos do pensamento pseudocientífico que deve a sua origem ao mau uso das funções espirituais” (BARTH, 1971).

O objetivo de Bacon, seria através da doutrina das *ídola*, obter uma análise sistemática e universalmente válida dos fatores que atrapalham o pensar, pois o que pretende é esclarecer que fatores perturbam o acesso fiel à reprodução conceitual do mundo empírico. Segundo Lenk (1971), “é característico da filosofia ilustrada dos séculos XVII e XVIII discernir nas representações herdadas uma fonte de preconceitos contrários à razão”. Esses preconceitos “impedem o homem de realizar a sua felicidade e criar uma construção social racional” (BARTH, 1971). Dessa forma, a concepção de ideologia em Bacon, é pejorativa e crítica, pois ela se caracterizaria pela fala de fundamentação na verdade, e por isso seria capaz de “evitar o pleno desenvolvimento do conhecimento humano”.

Após esse corte inicial da gênese do conceito de ideologia será abordada a concepção de ideologia durante a Revolução Francesa, onde o termo foi utilizado pela primeira vez por Antoine Destutt de Tracy, um filósofo francês que propunha uma “nova ciência” que estaria interessada na análise sistemática das ideias e sensações – na geração, combinação e consequência das mesmas” (THOMPSON, 2011). A concepção de ideologia como objeto de estudo em Tracy se aproxima da ideologia aristotélica, pois não seria aprioristicamente apropriada como instrumento de dominação, e nem seria constituída por preconceitos pseudocientíficos que levariam a um processo de construção do saber apartado da verdade, mas um conjunto de ideias que determinaria a construção do conhecimento e as relações sociais consequentes.

2.1 Concepções clássicas de Ideologia em Marx, Lênin e Lukács

O afastamento da concepção de ideologia como “objeto de estudo” e o retorno à análise de seu caráter “nebuloso” na construção do conhecimento, ocorre com a crítica de Napoleão ao trabalho dos ideólogos franceses associados a Tracy. Para Napoleão a ideologia seria uma “ciência vã e especulativa”. Napoleão utiliza essa concepção negativa de ideologia para desqualificar as críticas ao seu governo, pois seriam meras “críticas ideológicas”. (KONDER, 2002; THOMPSON, 2011)

Segundo Eagleton (1997), Marx aborda a ideologia várias vezes em sua obra, muitas vezes de forma pouco clara e indireta e sob diferentes perspectivas. Apesar de conhecer a proposta inicial de Tracy sobre ideologia, Marx e Engels utilizam uma concepção de ideologia claramente crítica em “A ideologia alemã” (EAGLETON, 1997; THOMPSON, 2011). Nessa obra, Marx e Engels criticam as teorias sociais e econômicas dos “jovens hegelianos” abordando as obras de Feuerbach, Bauer e Stirner como “ideológicas” pois se fundamentariam na primazia da ideia e não da realidade concreta. (EAGLETON, 1997; THOMPSON, 2011, FARIA, 2015). Sendo assim, para Marx de acordo com Thompson (2011) e Eagleton (1997) esses jovens hegelianos considerariam as concepções, os pensamentos, as ideias e todos os produtos da consciência como as “verdadeiras prisões” dos seres humanos, delimitando as ações dos sujeitos. Ou seja, para Marx e Engels as teorias propostas pelos hegelianos que criticavam, seriam na verdade constituintes de uma ideologia alemã conservadora, subserviente à classe dominante da época:

“As ideias da classe dominante, são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante” (MARX; ENGELS, 2007)

Já no prefácio de “A ideologia alemã” Marx e Engels apresentam sua crítica aos “ideólogos” da filosofia alemã; “até o presente os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos. [...] Os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça” (MARX; ENGELS, 2007). Dessa forma, Marx e Engels utilizam o conceito de ideologia, nessa obra, como uma crítica a concepções idealistas dos hegelianos que consideravam os produtos de suas consciências como entidades autônomas e independentes, que se concretizariam por meio de significados (signos, significantes, formas simbólicas) que são combatidas por outros significados sem que ocorra qualquer embate na realidade concreta (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002; THOMPSON, 2011).

O conceito de *forma simbólica*, para o estudo da ideologia, foi proposto por Thompson (2011) e se refere aos conjuntos de símbolos e signos apropriados à construção de um significado estático, útil às intenções do locutor e significativo ao receptor da mesma. Thompson propõe uma abordagem da ideologia, como objeto de estudo, onde a intenção seja investigar de que forma e em que grau as formas simbólicas “*servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas.*” (THOMPSON, 2011). Ainda sobre a concepção de formas simbólicas, a concepção de significado em Vygotsky (1993) nega a divisão entre significado e significante, pois se trataria de uma unidade na forma de uma relação interdependente e não hierarquizada (EAGLETON, 2002). Dessa forma, o termo “forma simbólica” será tratado nesse ensaio de modo a se enquadrar na concepção de Thompson, que é coerente com as concepções dos outros autores que se interessaram pelo estudo da ideologia na perspectiva analítica desse ensaio.

Marx e Engels observam a dinâmica de transformações nas formas simbólicas a partir das transformações nas relações de produção na seminal época burguesa:

“O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 2000)

O conceito crítico, e pejorativo, de ideologia em Marx, inspirado na crítica de Napoleão à ideologia e caracterizada pela crítica ao idealismo hegeliano, é ainda hoje adotado por vários pesquisadores, inclusive marxistas. Para Thompson (2011), nessa concepção a “ideologia é o pensamento do *“outro”*, e nessa concepção, ao se caracterizar um ponto de vista como ideológico “tem-se a impressão [de] já criticá-lo implicitamente (...)”.

Apesar da nominação do termo “ideologia” no trabalho inaugural de Marx e Engels, e sua concepção claramente crítica, o conceito é posteriormente tratado de forma polissêmica nos trabalhos desses autores². Para Thompson (2011) e Eagleton (2002) os escritos posteriores desses autores não utilizam o termo ideologia de forma coerente, sendo utilizado de maneira casual e aleatória; “pode-se discernir temas muito diferentes que estão associados com seu uso” (THOMPSON, 2011). Ainda sobre a concepção marxiana de ideologia, Faria (2017) constata a utilização de duas concepções diferentes pelos marxistas, sem fazer relação ao ordenamento histórico dessas concepções: (1) ideologia como imaginário social e (2) a ideologia como relação de poder. Na primeira concepção, a teoria seria a forma mistificada pela qual os homens vivenciam a realidade concreta e na segunda é vista “como força material, ocupando um lugar definido no sistema das instâncias, e investida em relações de poder, a serviço da classe dominante” (FARIA, 2017).

A polissemia da concepção de ideologia em Marx é observada já na primeira passagem do *Dezoito Brumário*. De acordo com Thompson (2011), ao longo do desenvolvimento do golpe de estado de Luís Bonaparte, Marx postula a existência de um conjunto de elementos simbólicos que seriam plano de fundo para as interações sociais que oferecem um conjunto de significados e interpretações, sobretudo nos “tais períodos de crise revolucionária” onde “espíritos do passado” são esconjurados para “emprestar nomes”, “gritos de guerra” e “costumes” com a finalidade de se apresentar como novidade honrosa no cenário de crise. (MARX, 1977)

Dessa forma, Marx demonstra como as formas simbólicas transmitidas pelo passado são constitutivas dos costumes, das práticas e das crenças cotidianas. Marx faz alusão às relações sociais que se arranjam a partir de significâncias anteriores à constituição dos próprios sujeitos, sob os termos “ilusões”, “ideias fixas”, “espíritos”, “fantasmas”; ou seja, formas simbólicas, previamente constituídas, “que andam no meio do povo e procuram e despertam suas superstições e seus preconceitos” (MARX, 1977).

Diante dessas características, Thompson (2011) propõe o que chama de “concepção ideológica latente” em Marx. Nessa concepção, a ideologia seria um conjunto de valores

² O termo “ideologia” é apresentado sob diversos significados ao longo da obra desses autores, sem deixar de ser coerente como a dimensão da superestrutura. Ao mesmo tempo outros termos são apresentados para se referenciar à relação entre imaginários individual, social e a realidade concreta ao longo de seus escritos.

e símbolos já dados ao sujeito, e que serviria a *superestrutura* e ao *status quo* necessário para a manutenção das relações de dominação de classe e a perpetuação do modo de produção: “a concepção latente de ideologia chama a atenção para o fato de que as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais impedidas, pela prevalência ou difusão de construções simbólicas” (THOMPSON, 2011). Eagleton (1997), observa que a ideia de ideologia na superestrutura surge com a divisão do trabalho social, que traça distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Os conceitos de *base* e *superestrutura* são apresentados por Marx (1977b) em “Contribuições à crítica da economia política”, tais conceitos são apresentados como dialeticamente dependentes; *base* faz referência as condições materiais, as forças produtivas e ao plano econômico; *superestrutura* faz referência as relações sociais de produção. Nessa relação constituinte e dialética da superestrutura com a base, “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”, ou ainda, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1977b).

É preciso salientar que, a primeira abordagem de ideologia em Marx e Engels, crítica e pejorativa, serviria de base para que marxistas formassem novas compreensões, inclusive contraditórias, à concepção originalmente proposta (EAGLETON, 1997). Outrossim, o indivíduo não aparece nos textos de Marx como categoria analítica, tendo sua materialidade e individualidade suprimida em uma teoria que os considera “apenas na medida em que são personificações de categorias econômicas” (MARX, 1978).

Engleaton (1997) observa que Marx e Engels em A Ideologia Alemã, anotam que “as ideias governantes de cada época são as ideias da classe dominante” e que tal afirmativa pode ser dúbia ao não expressar se essas “ideias” seriam de fato produzidas pela classe dominante ou apropriadas pela mesma. Além disso, segundo Eagleton (1997), Marx e Engels não explicitam se tais ideias das classes dominantes seriam verdadeiras, falsas, apropriadas, consequência de sua função de promoção de interesses duvidosos ou uma espécie de deformação de outras ideias em seu esforço de “racionalizar motivos sociais ignóbeis” (EAGLETON, 1997).

Essa obscuridade na concepção das “ideias dominantes” deixa um vácuo de significado conceitual, e o conceito de ideologia passa a ser utilizado de forma não pejorativa quando Lenin fala aprobativamente em “ideologia socialista”. Neste caso, ideologia significa um conjunto de crenças que cria uma coesão em determinado grupo ou classe específica, para perseguir interesses políticos desejáveis. (EAGLETON, 1997, KONDER, 2002). Sob essa abordagem, ideologia poderia ser vista como um conjunto de ideias concebidas principalmente por uma motivação subjacente e funcional na consecução de certos objetivos: esses objetivos seriam sancionados e legitimados onde antes eram condenados por estarem a serviço de uma classe injustamente opressiva. (KONDER, 2002). Sendo assim, a concepção leninista de ideologia nega a concepção pejorativa inicial de Marx ao determinar que “pode-se utilizar o termo ideologia para significar uma certa elevação do interesse pragmático ou instrumental sobre o interesse teórico pela veracidade das ideias *em si*, sem necessariamente sustentar que isso seja um juízo negativo”. (EAGLETON, 1997).

A reflexão de Lukács (1974) em “História da consciência de classe” sobre consciência, cognição e pensamento se apoia na obra de Hegel para admitir a consciência como essencialmente ativa, prática e dinâmica. Dessa forma, o pensamento também seria ao mesmo tempo cognitivo e criativo, dimensionado em uma totalidade não dualista, mas integrada no processo de conscientização, “a realidade é o critério para a correção do pensamento. Mas a realidade não é, ela se torna — e, para tornar-se, é necessária a

participação do pensamento” (LUKÁCS, 1974). Para Eagleton (1997), existem duas teorias discrepantes de ideologia no texto de Lukács, uma derivaria do fetichismo da mercadoria e outra de uma visão historicista na forma de “visão de mundo de um sujeito de classe”. Ou seja, uma das concepções seria a expressão da consciência ligada à posição de classe, condicionada pelas condições históricas (aqui a ideologia revolucionária do proletariado seria o *socialismo*) e a concepção negativa, que deriva da ideia de fetichismo da mercadoria. Sendo assim, a concepção de *consciência de classe* seria a interpretação de mundo mais razoável e racional disponível para uma classe particular. (EAGLETON, 1997).

Para Konder (2002), uma das principais contribuições de Lukács na concepção de ideologia é a ideia de *reificação* ou coisificação, tal contribuição teria como base o próprio conceitos de reificação e fetichismo da mercadoria apresentados por Marx, unindo elementos dos dois conceitos para significar o processo de *deixar de ser sujeito* do indivíduo e sua substituição pelo “homem como objeto”, e por isso, anistórico. Sendo assim, em termos gerais, o uso do termo ideologia por Lenin e Lukács implicaria em uma “neutralização” implícita do conceito de ideologia em Marx. Apoiando-se na concepção epifenomênica de Marx, mas formulando adaptações para a análise da luta de classes. Dessa forma, tanto Lenin como Lukács, acabam por generalizar a concepção de ideologia, de modo que “ideologia” passa a se referir ao conjunto de ideias que expressam e promovem os respectivos interesses das principais classes, mas que não necessariamente surtiriam efeito na realidade concreta (THOMPSON, 2011).

As concepções de ideologia abordadas até aqui fazem referência à relação entre agrupamento de indivíduos em classes, a abordagem marxiana é epistemologicamente inadequada para a investigação da ideologia na dimensão individual do sujeito. Marx, Lenin e Lukács se interessam pela expressão da ideologia em categorias de análise no materialismo histórico, ou seja, na relação entre classes ou grupos em uma dimensão histórica, contextual. Tal impossibilidade epistêmica do indivíduo na teoria marxiana abre espaço para novas abordagens e conceituações da ideologia através de diferentes dimensões epistemológicas, como da psicologia e da psicanálise, que não serão abordadas nesse ensaio.

2.2 Ideologia como objeto de estudo, de Marx a Thompson

O conceito de ideologia possui muitas vertentes (Centre, 1980). De acordo com Thompson (2011), a concepção mais tardia de ideologia em Marx, evoca uma neutralidade ontológica, no sentido de não ser aprioristicamente pertencente a determinada classe social, mas passível de apropriação devido a sua natureza simbólica e coletivizadora (THOMPSON, 2011; EAGLETON, 1997). Além disso, nessa concepção, a ideologia é constituinte da superestrutura em uma relação dialética com a realidade concreta (MARX, 1977b; EAGLETON, 1997; KONDER, 2002; THOMPSON, 2011). Faria (2002), interpreta a concepção de Marx e Engels de ideologia como sendo funcional à “cooptação, engajamento, legitimação” e “interpretação” da realidade, além de constituir a “base de alienação, conduzindo os sujeitos à uma estrutura de crenças desfigurada, alicerçada na transferência a outros sujeitos daquilo que lhe pertence” (FARIA, 2002).

No mesmo sentido, a ideologia para Althusser (1999), não se apresenta como sistema de relações reais que governam os indivíduos, mas de relações imaginárias dos indivíduos com as relações reais em que vivem. Outrossim, Maszaros (2004) reconhece a concepção de ideologia em uma superestrutura (dimensão não objetiva), ao postular que “todas as coisas estão impregnadas de ideologia em nossas sociedades”.

Dessa forma, Faria (2002) em *Economia Política do Poder* aborda a questão da ideologia como um instrumento de dominação se apoiando na síntese de concepções anteriores:

“(...) não há como deixar de indicar, como já notaram Marx e Engels (1976; 2007) em sua famosa crítica à ideologia alemã, Castoriadis (1982) em seu clássico estudo sobre a instituição imaginária da sociedade, e Ricouer (1990) em sua perspectiva hermenêutica, que a ideologia não apenas é uma construção do pensamento que se basta a si mesmo, como igualmente produz seu próprio esquema de interpretação, de dissimulação, de justificação, de divulgação e de renovação”. (FARIA, 2017)

Sendo assim, o termo ideologia utilizado nesse ensaio se valerá das características sintetizadas por Faria, Eagleton e Thompson em uma concepção de ideologia como sistema de pensamento (FARIA, 2017), passível de apropriação através da ressignificação, modificação ou substituição das *formas simbólicas* que a compõe (THOMPSON, 2011).

Para investigar a ideologia da meritocracia nas organizações, esse ensaio admite a ideia de *mérito* como *forma simbólica* constituinte da ideologia da meritocracia, que é por sua vez apropriada pela ideologia do capital. Poulantzas (1977), ao investigar as relações de poder entre classes sociais, conceitua *poder* como a capacidade de uma classe social realizar seus objetivos. Sendo assim, Poulantzas (1977) já admitia a materialidade da ideologia ao considerar que a mesma se mobiliza na realidade concreta das relações sociais sob a forma de instrumento de fortalecimento da posição de poder. Ademais, o autor observa que a ideologia não é *constituente* das relações de poder, ou seja, ela não é *precursora* das relações de poder, mas que o poder se apropria da ideologia para operar. Enriquez (1997) no mesmo sentido, descreve a operação da ideologia em nível subjetivo e objetivo ao ser constituída por um conjunto de ideias no nível subjetivo, que induzem a ações na realidade concreta.

Desse modo, para Faria (2017), a ideologia “modela as representações conscientes que os atores sociais têm do sentido de sua ação, fazendo com que racionalizem parte de seus desejos inconscientes”. Desse modo, as concepções analíticas de ideologia propostas por Poulantzas, Enriquez, Faria, Eagleton e Thompson convergem no que é observado por Althusser (1980), que em oposição a concepção epifenomenica de Marx, sugere a ideologia como forma indispensável à produção do sujeito.

Para Althusser (1999) a deformação do imaginário que a ideologia harmoniza, não origina as relações de produção existentes, mas sim as relações derivadas delas. “A ideologia apresenta-se, assim, não como sistema de relações reais que governam os indivíduos, mas de relações imaginárias dos indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1999). Dessa forma, Althusser propõe uma nova aproximação à ideologia que desconsidera a questão de verdade ou falsidade em sua operação, mas postula uma concepção onde a mesma opera como “organização específica de práticas significantes”, apoiando as relações sociais vividas pelos indivíduos nas quais o sujeito se constitui, se incorporando às relações de produção dominantes em uma sociedade. Ou seja, tais práticas “constituem os seres humanos como sujeitos sociais” (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002; FARIA, 2017).

Outro ponto interessante da concepção de ideologia em Althusser é seu caráter de crítica à ideologia como conhecimento científico. Rancière (1985), resume a concepção althusseriana de ideologia em duas teses fundamentais; (1) ideologia como asseguradora de uma coesão do todo social, regulando a relação dos indivíduos com suas tarefas e (2) ideologia como contrário da ciência. Althusser em um de seus últimos trabalhos, “Freud

e Lacan, Marx e Freud” (1985) passa a propor aproximações epistemológicas da teoria marxiana com as abordagens sobre o indivíduo em Freud e Lacan.

Essa aproximação não ocorre apenas em Althusser, a chamada primeira geração da Escola de Frankfurt também se interessou pela função do inconsciente do indivíduo em suas relações sociais e comportamento manifesto. Adorno, Fromm, Marcuse e Reich publicaram diversos textos onde desenvolvem a aproximação entre teoria marxiana, a psicologia e a psicanálise. (Rouanet (1998) apud FARIA, 2017). Sendo assim, para Faria todas essas propostas sugerem uma relação entre a “*psique*” e a razão onde “o real se torna o mundo cognoscível na forma de concreto pensado, tanto no plano consciente quanto na constituição do inconsciente” (FARIA, 2017).

O objeto de estudo do presente ensaio foi delimitado como a *ideologia da meritocracia nas organizações* exatamente para possibilitar sua apreensão no campo empírico através da possível observação das práticas de sistemas meritocráticos na realidade concreta da gestão de organizações produtivas sob o comando do capital³. Essa delimitação não indica que o estudo da ideologia da meritocracia sob a luz da psicanálise seria infértil, mas que tal abordagem não seria profícua no estudo de relações de poder entre diferentes grupos e classes dentro dessas organizações, por se fundamentar na análise do indivíduo e de sua dimensão inconsciente.

Todavia, algumas concepções relativas à subjetividade do indivíduo são abordadas na elaboração desse ensaio. As aproximações relativas à aderência subjetiva de significantes sociais pelo indivíduo (Faria, 2017) são fundamentais para a análise das formas simbólicas em sua relação entre o coletivo e o sujeito. Volnovich (1996) indica que a subjetividade do indivíduo não está apenas em sua consciência, mas também na circulação onde participa a mente, os afetos, o corpo, os vínculos, o trabalho, a casa e os outros (Volonovich 1996 apud Faria, 2017). Marcuse (1975) sugere que o conflito que se desenvolve entre os indivíduos e esses campos de significados, acarretam em repressões originais do ser social necessária ao processo civilizatório. Essas repressões, a sublimação de seus impulsos, e os “falsos prazeres” instauravam o que Marcuse chamou de “dessublimação repressiva” que adaptaria o indivíduo de forma *aparentemente* voluntária aos padrões daquilo que caracterizou como “conduta e pensamento unidimensional” (MARCUSE, 1982).

Ansart (1978) relaciona o simbólico ao ideológico, no sentido de indicar como a ideologia ganha corpo e se fortalece visando aprofundar e orientar um conflito ou impedir a irrupção de conflitos a partir da “eficácia do simbólico”. Sendo assim, para Ansart a persuasão ideológica precisa se valer de esquemas simples e afirmativos que autorizem uma interpretação através da implantação de uma “unidade tranquilizadora do sentido”. Nessa “unidade”, as relações seriam apaziguadas pela convenção de significados globais onde os sujeitos encontrariam sentido em sua vivência (FARIA, 2017). No mesmo sentido, Thompson (2010) argumenta que:

“(…) *estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas*

³ O objeto de estudo deste ensaio é apresentado de forma sucinta e introdutória. Isso ocorre, pois, a exposição de uma racionalização acerca da natureza ontológica do objeto tomaria muito espaço, o foco desse texto é a apresentação de um ensaio acerca das teorias decorrentes de investigações sobre o objeto proposto. A definição do objeto será apresentada de forma mais profunda em textos futuros que abordarão o método de apreensão do objeto após a aproximação com o campo empírico das relações sociais nas organizações sob comando do capital.

específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”.
(THOMPSON, 2011)

A revisão teórica apresentada nessa seção teve o propósito de investigar as concepções já desenvolvidas passíveis de aplicação em uma pesquisa sobre a *ideologia da meritocracia nas organizações* através de suas *formas simbólicas*⁴ em relações de dominação dentro das organizações produtivas sob comando do capital.

3. IDEOLOGIA NAS ORGANIZAÇÕES

As tecnologias de gestão conseguiram contornar dificuldades técnicas relativas a administração de tempo de execução de tarefas, em sistemas de produção, técnicas processuais e manipulação de matérias-primas. As organizações produtivas sob o comando do capital, se apropriaram de uma coleção de tecnologias oriundas das ciências naturais para realizar a administração dos recursos materiais necessários aos seus objetivos. Sendo assim, o atual desafio tecnológico dessas organizações é relativo ao processo contínuo de apropriação da força de trabalho, de forma cada vez mais profunda e totalizante. Faria (2017) recorre a Enriquez (1974) ao investigar a chamada “ideologia da qualidade”; para Enriquez as novas tecnologias industriais revelaram-se “estratégias de dominação da alma humana e a organização foi reduzida a um sistema político-econômico, sócio-cultural e simbólico-imaginário destinado a institucionalizar a relação de submissão” (Enriquez, 1974 apud FARIA, 2017)

Sendo assim, a força de trabalho, dimensão do capital que não pode ser apropriado através de métodos científicos aplicados à dimensão material da administração de matérias-primas, precisa ser dominada a partir do desenvolvimento de novas tecnologias ontologicamente e epistemologicamente fundamentas no objeto “força de trabalho”. Dessa forma, as tecnologias de gestão atuais visam controlar a subjetividade do trabalhador. Para tanto, conhecimentos sociológicos, filosóficos, psicológicos e psicanalíticos têm sido apropriados pelo capital com o objetivo de aprofundar as relações de dominação e a exploração pelo capital da força de trabalho a partir da subjetividade do trabalhador. (FARIA, 2002)

Tragtenberg (1980) demonstra que a administração, como prática e conhecimento, é uma combinação de conhecimentos e técnicas apropriadas pela ideologia do capital, a serviço de uma *ideologia gerencialista*. Dessa forma, o papel do capitalista passaria a ser camuflado nas organizações produtivas sob o comando do capital, especialmente nas corporações estruturadas em sociedades anônimas - os acionistas não são nomináveis e a organização atua de forma aparentemente independente do detentor do capital ou acionista. Dessa forma, “verifica-se o fenômeno inusitado de uma propriedade privada ser negada pela corporação; ela é autônoma, porém, no plano interno, o grupo controlador comanda” (TRAGTENBERG, 1980).

O papel do administrador passa a ser articular os interesses do capitalista com os interesses dos trabalhadores e utilizar os recursos disponíveis da forma mais eficiente para

⁴ A questão da materialidade da ideologia na realidade concreta já foi amplamente discutida, o presente ensaio considera o discurso como expressão material da ideologia, conforme proposto por Pêcheux e Bakhtin. O presente ensaio se fundamenta na dimensão simbólica do discurso; signos, significados, significantes, enunciados, (etc.), sob a perspectiva sintética de se caracterizarem como formas simbólicas, como proposto por Thompson (2011). O estudo das formas simbólicas em Thompson ocorre no método da Hermenêutica em Profundidade, mesmo assim, a concepção de discurso abarca a concepção de formas simbólicas de Thompson e pode ser apreendido através de diferentes métodos além da Hermenêutica em Profundidade, como a Análise do Discurso, Análise Crítica do Discurso, Análise Crítica do Conteúdo, Epistemologia Crítica do Concreto, etc.

atingir aos interesses do primeiro, ou de forma mais sintética; “cabe aos *managers* harmonizar os interesses técnicos dessas grandes empresas, integrando-os aos dos acionistas e operários” (TRAGTENBERG, 1980). Dessa forma, os interesses do capitalista podem ser unificados como a “finalidade do lucro”, que legitima a aplicação de qualquer técnica ou prática para o efetivar (FARIA, 2017). No mesmo sentido, Motta (1993) evidencia que a ideologia se ramifica a partir das organizações, produz modos de comportamento e de raciocínio sobre os indivíduos de forma que possam utilizá-los em funções de seus propósitos. (MOTTA, 1993). A aproximação de Motta em relação à administração nas organizações e a origem de comportamentos sociais dentro das organizações já havia sido proposta por Gramsci (1978) de maneira fundamentalmente similar.

Tragtenber (1980) já observava que nas formas avançadas das organizações produtivas sob o comando do capital, como a grande corporação, a lógica do capital fundamenta uma série de racionalidades ideológicas com o intuito de promover e legitimar suas ações, esse modo de operação tende a criar oligarquias ideologicamente alinhadas, constituindo uma racionalidade e lógica aceita por diversas organizações que utilizam dessa legitimidade para exercer poder a partir delas mesmas e consequentemente na sociedade, “como resultado final, temos uma sociedade de grandes corporações, cujo controle está em mãos de uma oligarquia fechada que se autopromove e se autoreproduz” (TRAGTENBERG, 1980).

Essa forma de legitimação da ideologia ocorre pelo que Faria (2017) chama de *Verdade como Convenção*, baseada em um conjunto de crenças, valores, o imaginário socialmente partilhado é legitimado pela concepção de que é verdadeiro aquilo que “é convencionado ou aceito, social e culturalmente, como verdadeiro, sem que se precise demonstrar” (FARIA, 2017). Nesse sentido, Santos (1976) argumenta que a concepção de ideologia nas organizações vai se desvelando como um conjunto de ficções totalizantes para a explicação de determinado fenômeno, “ideologia é uma totalização fictícia que quer dirigir a ação, que pretende atuar como se tivesse a ciência que não tem” (SANTOS, 1976).

Para Gaulejac (2007), o papel da administração no conflito entre a lógica do lucro e o indivíduo é desigual; ao considerar as limitações impostas pelas condições materiais de existência, o indivíduo precisa se adaptar à realidade da lucratividade desejada pela organização ao mesmo tempo em que precisa reprimir seus desejos pessoais, os “estados da alma”. Assim como postulado por Marcuse (1975), Gaulejac (2007) aponta que nesse processo a sociedade toda nega seus desejos individuais se colocando a serviço da economia, invertendo as prioridades, se colocando sob o domínio da gestão ao invés do domínio das necessidades humanas e sociais.

Lefebvre (1991) conceitua a sociedade moderna como “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Para ele, a sociedade moderna limita a racionalidade dos sujeitos através de burocracias e é caracterizada pelo consumo dirigido no cotidiano. Nesse sentido, Lefebvre (1991) indica sua concepção de ideologia ao postular que “(...) a atitude que valoriza as opressões contém de fato uma ideologia disfarçada de racionalidade e de ciência. Estamos dispostos a refutar essa ideologia”. Para ele o estudo da vida cotidiana seria capaz de desvelar as contradições do sistema capitalista de produção que abona poucos e penaliza a maioria.

Dessa forma, Gaulejac (2007) se aproxima do gerencialismo como tecnologia de poder da mesma forma que Tragtenberg aborda a administração como ideologia; o gestor cumpre uma função de intermediar a relação entre capital e trabalho, através de uma aparência legitimada, racional e pragmática, amenizando os conflitos e cooptando a adesão dos empregados às demandas do capital. Outrossim, Faria, (2002) abarca essa concepção de controle e poder da concepção de ideologia como ferramenta de gestão:

(..), esta categoria de análise permite verificar a existência de um sistema estruturado, de uma filosofia global, de um conjunto de princípios nos quais os sujeitos podem acreditar: construção de um apelo ideológico amalgamado no imaginário heroico; motivo de orgulho e de pertencimento; além das condições materiais, oferta de satisfações de ordem psicossocial e elementos de vínculos sociais; elementos de reconhecimento com a organização a ponto de promover o engajamento à mesma com o emprego de toda energia física e emocional disponível. (FARIA, 2002)

Nesse sentido, a ideologia se reproduziria dentro das organizações produtivas sob o comando do capital como uma dominação da lógica do capital. As formas simbólicas nessa dominação ideológica estariam em constante processo de tentativa de fortalecimento, buscando a reificação dos sujeitos em “homens objeto” à serviço dessa mesma lógica. Sendo assim, para Enriquez (1974), as organizações, em sua constituição formal e abstrata tem por objetivo o controle para a produção sob a lógica da repetição. Outrossim, Faria (2017) observa que “há, aqui, uma lei histórica: toda organização formal corresponde a uma forma de exercício do poder materializado através de mecanismos de controle”.

3.1 Mérito e Meritocracia

A palavra “meritocracia” é um neologismo cunhado por Michael Young no texto “*The rise of meritocracy*” de 1958. Trata-se de um conto futurista e distópico, onde os indivíduos são segregados socialmente através de testes periódicos de Q.I., estabelecendo assim, desde o grau e tipo de conhecimento que terá acesso até sua função profissional. O texto de caráter satírico e crítico faz referência ao processo seletivo do sistema educacional inglês baseado em avaliações de Q.I. implementado após a Primeira Guerra Mundial. (CELARENT, 2009; ALLEN, 2011)

No texto, Young (1958) desenvolve uma narrativa crítica, onde o termo meritocracia é apresentado como o acontecimento mais significativo da sociedade moderna, mas que passa a demonstrar contradições e efeitos negativos na sociedade ao longo das décadas após sua aplicação como método de gestão social. No texto, tais efeitos negativos acarretam na perpetuação da desigualdade social e não em uma sociedade mais justa como preconizaram seus idealizadores, a sociedade se dividiria em dois grupos: os aprovados nos testes, que se tornariam arrogantes por serem os únicos agentes de seu próprio sucesso e os reprovados, que se entregariam ao desgosto por serem os culpados pela própria miséria.

No mesmo sentido crítico, mas sem se referir ao termo meritocracia, Honoré de Balzac, em *Ilusões Perdidas* (1994), já questiona a ideia de mérito na organização social. Inspirado pela popularidade do mito da ascensão de Napoleão (por próprio mérito) entre os jovens franceses do século XIX, Balzac narra a saga de Lucien de Rubempré. Nesta narrativa, o jovem poeta parte do interior da França acreditando que conquistaria Paris com seus versos mas acaba não alcançando o sucesso mesmo após várias empreitadas. O texto evidencia a qualidade acima da média dos poemas de Lucien, mas a qualidade dos versos, por si só, não era suficiente para que o autor prosperasse, era necessário que ocorressem oportunidades, que existissem contatos, influência do *status* social e outros fatores externos ao próprio mérito do poeta.

A origem do mérito é ancestral e pode ser observada nas mitologias, heróis e deuses que criam e transformam a realidade por iniciativa própria. Esses mitos fundamentaram teorias teológicas e filosóficas sobre o conceito: o “mérito” é abordado por Agostinho, Lutero e Calvino, seu *significado discursivo*, de dimensão individual e inerente ao discurso religioso do protestantismo, é fundamental para que Weber elabore sua teoria da ascensão capitalista nas nações protestantes.

Sendo assim, a origem conceitual do mérito é imemorial, mas uma aproximação da história desse conceito demonstra uma natureza polissêmica, de constantes questionamentos e transformações. Como a obra de Weber (1989) demonstra, a concepção de mérito é particularmente importante para a organização social, e a polissemia de sua concepção pode servir a interesses diversos, como serviu à expansão da ideologia capitalista nas sociedades protestantes. Durkheim (2011) já havia adotado, de forma indireta, a concepção do mérito ao distinguir a forma de relacionamento social, e com o sagrado, dos protestantes em relação aos católicos; para Durkheim (2011) os protestantes se relacionavam socialmente de forma mais individualista pois, em sua concepção religiosa, negavam a precedência da igreja em relação às escrituras. Para os protestantes a relação com o sagrado ocorria a partir da aproximação individual do sujeito com as escrituras e o trabalho e o esforço pessoal seriam recompensados de forma sagrada.

O conceito de *meritocracia*, que se baseia etimologicamente no conceito de *mérito*, também se mostra suscetível a múltiplas interpretações. Sendo assim, apesar do conceito ter sido concebido de forma crítica e pejorativa por Young (1958), foi posteriormente apropriada pela ideologia do capital com um significado positivo onde o “mérito, ou talento são a base para diferenciar a posição social das pessoas e suas gratificações” (Scully, 1997apud CASTILLA; BENARD, 2010).

Castilla e Benard (2010) demonstram alguns resultados de diversos estudos relativos à meritocracia como princípio de governo; com relação a *legitimidade consensual da meritocracia* nos Estados Unidos da América; “muitos acreditam que a meritocracia é a forma como a sociedade *é, e deveria* ser organizada” (Kluegel e Smith, 1986; Ladd, 1994; Ladd and Bowman, 1998 apud CASTILLA; BENARD, 2010). Diante da aceitação da *meritocracia como princípio distributivo justo e legítimo* em muitos países e organizações capitalistas (Scully, 1997, 2000; McNamee e Miller, 2004 apud CASTILLA; BENARD, 2010), alguns pesquisadores passaram a investigar se, de fato, a meritocracia e a igualdade de oportunidade que preconiza estaria produzindo uma distribuição justa de oportunidades e recursos na sociedade (Arrow, Bowles e Durlauf, 2000; Dench, 2006 apud CASTILLA; BENARD, 2010).

No Brasil, Barbosa (1996) investiga a legitimidade da meritocracia na prática social brasileira e distingue o termo em duas conceituações; como *sistema* – (critérios de organização social) e como *ideologia*, que forneceria *legitimidade consensual* aos critérios estabelecidos pelo sistema. Para Barbosa (1996) a meritocracia como *sistema* social serviria para determinados fins específicos enquanto a meritocracia como *ideologia* serviria para a organização geral de uma sociedade. Outrossim, a meritocracia como *sistema* seria “uma exigência de uma sociedade democrática, que, do ponto de vista dos princípios, garante a igualdade de oportunidades para todos” (BARBOSA, 1996).

A noção de *mérito* é socialmente avaliada pelo *desempenho* do indivíduo em critérios pré-estabelecidos. Esses critérios são definidos com base em concepções substantivas de significados polissêmicos acerca do conceito de mérito. Nessa perspectiva, o problema da meritocracia como lógica ordenadora social não estaria na adoção da meritocracia como *sistema em si* em uma sociedade democrática, *mas nas formas de avaliação do mérito individual*. Dessa forma, o *mérito* é caracterizado como importante *forma*

simbólica (THOMPSON, 2011). No mesmo sentido, o simbolismo para Castoriadis (1982) “não pode ser neutro, nem totalmente adequado, (...) porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar quaisquer signos”. O mérito próprio é legitimado socialmente, a dimensão substantiva do conceito é relativa a definição do que é mérito próprio do indivíduo, e o que não é.

4. MERITOCRACIA NAS ORGANIZAÇÕES

Chaves e Cançado (2013) sintetizam a concepção de meritocracia no âmbito organizacional como conjunto de “valores que rejeitam privilégios hereditários e/ou corporativos, permitindo que os indivíduos sejam avaliados e valorizados independentemente de suas trajetórias e biografias sociais” (CHAVES; CANÇADO, 2013).

Para Barbosa (1996) a adoção de sistemas meritocráticos para a seleção no serviço público no Brasil é bastante antiga, datando da constituição de 25 de março de 1824 em seu artigo 179, item XIV, onde reza que “todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja por seus talentos ou virtudes”. Dessa forma, a institucionalização do sistema meritocrático na seleção para o serviço público brasileiro pressupõe uma lógica de concorrência justa entre os indivíduos. Ou seja, a meritocracia aparece com a concepção de *igualdade* como um *direito* e não um *objetivo social*, ou seja, é apresentado como *método* de uma sociedade onde os indivíduos são concorrentes equilibrados. Tal *paradoxo* é explorado no trabalho de Castilla e Benard (2010) e corrobora a percepção de Barbosa (1996) sobre a ineficiência da prática de sistemas meritocráticos no serviço público brasileiro.

Para Barbosa (1996), a ineficiência desse tipo de sistema ocorre pela falta de *hegemonia* da *ideologia da meritocracia* no serviço público brasileiro; se houvesse *hegemonia* dessa ideologia, a *concepção de igualdade* seria *objetiva* e não *substantiva*, tal concepção objetiva de igualdade precisa que a concepção de *desempenho social* seja esvaziada dos diferentes contextos aos quais os indivíduos estão submetidos. No caso de uma hegemonia da ideologia da meritocracia no serviço público brasileiro, não restaria dúvidas quanto a qualidade dos métodos de avaliação utilizados nesse sistema. Sendo assim, para Chaves e Cançado (2013), a falta de alinhamento entre o *sistema* meritocrático e a *ideologia* meritocrática leva à ineficiência na legitimação do processo:

Se a avaliação de desempenho não tiver a credibilidade dos avaliados, a meritocracia ficará apenas no discurso e poderá ser malsucedida. Quando ocorrem problemas, as organizações tendem a se concentrar na análise e revisão dos instrumentos de avaliação, como se fossem esses as causas fundamentais, ignorando os elementos culturais que permeiam o processo. (CHAVES; CANÇADO, 2013)

A dificuldade de legitimar um sistema meritocrático não ocorre em todas as organizações na mesma intensidade. Como visto anteriormente, nas organizações privadas, os gestores são os responsáveis por integrar os interesses dos capitalistas aos dos trabalhadores, uma ideologia meritocrática serve a esse processo de dominação exatamente por se valer de critérios substantivos, polissêmicos, que podem ser reforçados ou alterados. Sendo assim, Faria (2017) argumenta que a ideia da meritocracia tem servido como sustentação de uma ideologia capitalista que legitima a desigualdade social, “culpabilizando” os próprios indivíduos, exatamente como Young (1958) descreveu em sua distopia:

“A meritocracia exige formas válidas de medida com base no fato de que todos os que a ela se submetem possuem igual oportunidade. Assim, a ideia de meritocracia tem servido de sustentação para a ideologia da igualdade social, ocultando as diferenças, o preconceito, a discriminação e a opressão.” (FARIA, 2017)

A tentativa de objetivar os critérios substantivos do mérito nas empresas tem a finalidade de dissimular sua verdadeira intenção, que é de dominação através da ideologia da meritocracia, legitimando-a. Essa tentativa, porém, não seria fomentada por uma intencionalidade de justiça e equidade dos trabalhadores, mas para exercer os interesses do capital de forma velada onde a “objetivação mascara esse conteúdo (substantivo) pelo simples caráter numérico de seu argumento, em que a eficiência é tida como um valor absoluto, natural da vida organizacional” (LEAL; FARIA, 2005).

As organizações têm seu foco na livre competição e na ideia de que “os melhores” vencerão, e aplicam esses conceitos no seu ambiente interno (ENRIQUEZ, 1997), incentivando a busca do sucesso nas unidades, entre grupos ou indivíduos. O clima de competição interna cria processos conscientes e inconscientes, que mantêm os indivíduos presos à ideia de sucesso, podendo transformar a organização numa prisão psíquica (MORGAN, 1996). Dessa forma percebe-se a vida como um grande espetáculo (DEBORD, 1997) no qual o prazer é prometido, mas jamais realizado. (FARIA; HOPFER, 2006)

Tragtenberg (1980) explorou essa divergência entre sistema meritocrático e ideologia meritocrática como parte de uma estrutura de dominação. Em grandes corporações, os indivíduos em posições institucionalizadas de poder exercem a objetivização de critérios substantivos de acordo com seus próprios interesses:

“Os critérios de escolha dos executivos, contrariamente a Drucker, não se dão através da promoção daqueles oriundos de empresas menores, e sim pela auto-escolha entre membros que formam o clube de executivos das grandes corporações” (TRAGTENBERG, 1980)

Barbosa (1996) enfatiza que as organizações dão foco ao instrumento de avaliação de mérito em si, em detrimento dos aspectos culturais do contexto. Nesse mesmo sentido, Chaves e Cançado (2013) realizam um estudo de caso em uma empresa de tecnologia para estudar a influência de traços da cultura brasileira na avaliação do mérito dos trabalhadores.

Em “Materialismo histórico e existência”, Marcuse (1968) sugere que como decorrência da sociedade industrial, a competição torna-se um valor. Vários são os teóricos que creditam a ela o motor propulsor do progresso da sociedade. Os que afirmam que as competições - individuais, grupais, organizacionais e entre nações - são as engrenagens para o sucesso, esses são quase sempre os mesmos que afirmam que os protestos e as manifestações contrárias à essa lógica são atos radicais, prejudiciais à coesão social. “A competição livre confronta os indivíduos entre si como compradores e vendedores de força de trabalho. A abstração pura a que os homens são reduzidos em suas relações sociais se estende ao relacionamento com os bens reais” (Marcuse, 2001 apud FARIA, 2002)

Assim, Faria (2002) recorre a Ricouer (1990) para investigar um sentido aceitável ao par ciência-ideologia. Para Ricouer (1990) e Faria (2002) é necessário observar que “todo o saber objetivante” sobre a “posição na sociedade, numa classe social, numa tradição

cultural, numa história, é precedido por uma relação de *pertença* que jamais poderemos refletir inteiramente” (RICOUER, 1990). Sendo assim, o *saber objetivante* é sempre concernente à uma relação de *pertença*. Ademais, para Ricouer (1990), assim como para outros autores, o saber não pode se apartar da ideologia, esta é sempre um código de interpretação, pois não existem “intelectuais sem amarras e sem ponto de apoio”.

5. PROGRAMAS DE GESTÃO FUNDAMENTADOS NA MERITOCRACIA

Para Gaulejac (2014), o gerencialismo é uma ideologia que analisa a atividade individual sob a perspectiva de indicadores pré-definidos de performance com o objetivo de reduzir custos e maximizar os benefícios à organização. Essa aparência objetiva, racionalizada e pragmática apresenta o ser humano como uma forma de recurso disponível aos interesses da organização (TRAGTENBERG, 1980; MARCUSE, 1982; GAULEJAC, 2014; FARIA, 2017). Ademais, Gaulejac considera a liderança gerencialista como a definidora do conteúdo das formas simbólicas na organização, sendo responsável pelo papel de perpetuar os interesses organizacionais e priorizá-los frente às necessidades humanas (TRAGTENBERG, 1980; MARCUSE, 1982; GAULEJAC, 2014; FARIA, 2017). Sendo assim, os gestores acabam se inserindo em um processo de dominação no qual, eles mesmos, devem se submeter em nome dos interesses da organização que representa (GAULEJAC, 2014).

No início do século XX, surgem, dentro das organizações sob a ideologia do capital, os primeiros setores atentos à mão-de-obra da organização. Esses setores eram conduzidos por funcionários que tinham como responsabilidade zelar pela melhoria das condições de trabalho e apoiar os trabalhadores enfermos ou mais necessitados. Contudo, o verdadeiro papel desses setores era conceder compensações pelos baixos salários e benefícios sociais precários que recebiam (CABRAL-CARDOSO, 2004).

Esse setor de atenção à mão-de-obra se apresenta na organização moderna como setor de Recursos Humanos (R.H.). Dentre as funções do R.H. está o controle dos indivíduos, tal controle não é apenas relativo ao processo mecânico de produção como Taylor (1995) havia preconizado em “Princípios de Administração Científica”. O setor de R.H. é caracterizado pela função de “controlar” o trabalhador. Para isso, a administração de R.H. abarca diversas técnicas da psicologia e psicanálise na dominação (ou sequestro) da dimensão subjetiva dos trabalhadores; controlando sua subjetividade é possível evitar que o trabalho executado seja realizado de forma pessoal mantendo a forma de trabalho alinhada à subjetividade disposta pela organização. (OLTRAMARI; PAULA; FERRAZ, 2014).

Dessa forma, as organizações sofisticam seus mecanismos de controle a fim de dar continuidade a história de exploração do que atualmente chamam de “colaboradores” (OLTRAMARI; PAULA; FERRAZ, 2014). Nessas organizações sob o comando do capital, o setor de RH opera dentro da ideologia do capital, utilizando a ideologia da meritocracia como racionalidade legitimada para a execução de suas avaliações.

Mascarenhas (2008), postula que o R.H. corresponde à um sistema a serviço da “gestão de pessoas”, que transcende as operações avaliativas do R.H., pois seria uma dimensão de gestão mais abrangente, seu foco iria além dos subsistemas formalmente apresentados e se ligaria aos princípios, práticas, valores e principalmente as prioridades de uma organização que procura aplicar essas tecnologias de gestão para orientar o comportamento humano no trabalho.

Sendo assim, os programas de RH constituem uma diversidade de ferramenta de gestão relacionadas a ideologia da meritocracia, e por isso configuram uma categoria

analítica adequada a elaboração do presente ensaio através da análise de seus processos, discursos e formas simbólicas à luz das teorias apresentadas ao longo do texto.

Segundo Soboll e Silva (2014), o setor de R.H. é usualmente dividido em subsistemas; (a) Recrutamento e Seleção; (b) Análise e Desenho do Trabalho; (c) Treinamento, (d) Desenvolvimento; (e) Avaliação de Desempenho; (f) Remuneração. A lógica de avaliação dos subsistemas de controle apresentados é fundamentada na forma simbólica do mérito e na ideologia da meritocracia.

Para Motta (1993), a dinâmica do (a) “Processo de Recrutamento e Seleção” configura instrumento eficaz no controle social dos indivíduos, pois a partir dele as características individuais são previamente avaliadas, evitando a contratação daqueles que não possuem os comportamentos desejáveis, enquanto os que as possuem são selecionados e submetidos a um processo de socialização e treinamento.

O chamado subsistema da (b) “Análise e Desenho do Trabalho” também foi compreendido por Leal e Bauer (2014) como instrumentos de dominação do trabalhador. Nesse subsistema as funções de trabalho são alocadas ou desenvolvidas de acordo com a *competência* dos funcionários, sendo sua aplicação mais corriqueira para funções de chefia e gestão. Em suma, partem de uma avaliação “hermética” das capacidades do funcionário e da sua aderência à ideologia imposta pela organização. Dentro da mesma lógica, temos o modelo de gestão baseado em competências; nesse modelo as “competências” são definidas pela organização e impostas aos trabalhadores, propiciando a aplicação da ideologia da meritocracia e a utilização prática da forma simbólica do “mérito”, que tem suas contradições eliminadas através de sua objetivação imposta pela organização a partir da ideologia da meritocracia. Com relação a legitimação dessa prática na ideologia da meritocracia, Faria e Ramos (2015) observam que nesse contexto é desejável que “na sociedade, nas empresas, nas organizações, nos grupos sociais, nas associações e no âmbito familiar, predomine a concepção de que aquelas pessoas ou equipes que possuem habilidades ou um valor considerado superior obtenha reconhecimento”.

Dessa forma, Leal e Bauer, 2014 anotam que a “Gestão por Competência” é um instrumento de manutenção da lógica do capital, que, se vale da ideologia da meritocracia para legitimar a alienação típica da divisão do trabalho e a perpetuação da subordinação do trabalho ao capital. É importante salientar que devido à gestão por competência estar fundamentada na ideologia da meritocracia, uma parte dos trabalhadores será segregada como detentores de mérito e à parte que não demonstra mérito resta a punição, que pode se apresentar de várias formas, perpetuando um sistema de desigualdade pretensamente legítima entre os trabalhadores (FARIA; RAMOS, 2015).

Outro subsistema dos programas de R.H. é a (e) “Avaliação de Desempenho”. Aqui mais uma vez é possível observar o que foi anotado por Faria, Tragtenberg, Marcuse, Ansart e Thompson em relação à objetivação de critérios substantivos de formas simbólicas para exercício de dominação. Os critérios de desempenho são condicionados à forma simbólica do mérito, que é objetivada de acordo com o que os gestores estabelecem (Faria; Ramos, 2015) e não pela subjetividade do trabalhador. Nesse subsistema, assim como no subsistema da Gestão por Competência, penalidades são aplicadas àqueles que não atenderam ao desempenho esperado, tais penalidades podem ocorrer na forma de eliminação de novas oportunidades de ascensão na hierarquia da organização e até como “isolamento e extirpação concreta ou simbólica da organização” (MENDES; MORAES; MERLO, 2014). Faria (2007) alertou para o que ele chama de “predadores organizacionais”, que utilizam das formas simbólicas da ideologia meritocrática e outros “símbolos de poder” para promover ameaças, punições e sanções com o objetivo de enfraquecer e condicionar a vítima. (Faria, 2007).

O subsistema da (f) “Remuneração” configura o último subsistema dos programas de R.H. esse ensaio irá abordar. De acordo com Oliveira (2014), esse subsistema reflete características do meio social em que a organização está atuando, evidenciando traços históricos, culturais e ideológicos do mesmo. Ao identificar essa ligação do subsistema da Remuneração com o meio social onde o trabalhador vivencia suas experiências fora do trabalho, através da capacidade de consumo desse trabalhador, Moreira (2005) aponta que essa forma de controle transpassa a dimensão institucional e tem relações diretas com as condições materiais de existência do indivíduo, configurando uma forma de controle “biopolítico e microfísico” (MOREIRA, 2005), capaz de se introjetar a partir da internalização de normas e regras do trabalho no sujeito.

Assim, a partir da análise dos subsistemas de R.H. sob a perspectiva das teorias apresentadas nesse ensaio, foi possível verificar que, desde o processo de *Recrutamento e Seleção*, como nas fases de *Análise e Desenho do Trabalho*, na *Gestão Por Competências*, *Avaliação de Desempenho e Remuneração*, as formas simbólicas do mérito e a ideologia da meritocracia são utilizadas como fundamentos legitimadores para a submissão dos trabalhadores a um processo de alienação, reificação e controle. Ou seja, com o objetivo de aumentar a dominação dos trabalhadores, os programas de R.H. e outros programas de gestão fundamentados na ideologia da meritocracia, apresentam o discurso sistematizado, racionalizado e totalizante dessa ideologia. Tais programas de gestão utilizam a forma simbólica do mérito para objetivar seus critérios analíticos e justificar seus julgamentos. Essa dinâmica produz uma coesão em torno dessa ideologia, fornecendo parâmetros causais de interpretação, apresentados de forma persuasiva e muitas vezes nomeados de maneira positiva como, “boas práticas” e “cuidados com o fator humano”, mas de fato contribuem para a perpetuação do processo de dominação do trabalhador pelo capital.

6. CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Esse ensaio teórico teve por objetivo apresentar reflexões teóricas relativas ao âmbito da *ideologia da meritocracia nas organizações produtivas sob o comando do capital*. Para isso, uma revisão teórica sobre as concepções de ideologia, meritocracia e ideologia nas organizações foram relacionadas à uma análise do significado do *mérito* como *forma simbólica* fundante da *ideologia da meritocracia*. A partir dessas teorias foi possível localizar explicações para a legitimação de práticas de controle dos trabalhadores pelas organizações produtivas sob o domínio do capital e verificar se essas ideologias se adequam aos programas de gestão adotados pelas mesmas.

As propostas de dominação social através da subjetividade do indivíduo em relação com uma superestrutura subjacente, composta por ideologias, foi sistematizada e exposta em diferentes termos por Marcuse, Enriquez, Althusser, Gaulejac, Tragtenberg e Faria. Nesse ensaio foi possível verificar que esse processo de dominação é implantado de forma racionalizada nas organizações sob a forma de programas de R.H.: sistemas de gestão por competência, operados através de subsistemas ferramentais. A forma simbólica do mérito e a ideologia da meritocracia são objetivadas em critérios causais, racionalizados pelas organizações, de acordo com seus interesses em detrimento dos interesses do sujeito trabalhador.

As teorias abordadas nesse ensaio indicam uma dominação através de formas simbólicas, ou seja, através da subjetividade, transformada em critérios objetivos por aqueles que exercem o controle das organizações. Sendo assim, o presente ensaio

possibilitou concluir que as organizações produtivas sob o comando do capital perpetuam a ideologia do capital através da ideologia da meritocracia e da forma simbólica do mérito, especialmente na aplicação de programas de gestão fundamentados em critérios meritocráticos, como os programas de R.H., tal dinâmica reforça a ideologia da meritocracia nas organizações, legitimando um processo de dominação para a execução de seus interesses.⁵

A proposta desse ensaio foi fornecer uma sistematização das aproximações teóricas que constituem o objeto de estudo proposto como um marco teórico introdutório para estudos subsequentes. A partir desse ensaio se tornou evidente a necessidade de realização de novos estudos, que partam do campo empírico das organizações, e busquem apreender a dinâmica da ideologia da meritocracia nas organizações para além dos programas de R.H. e de gestão por competência. Com isso, sugiro alguns questionamentos propícios a uma maior compreensão desse fenômeno a partir desse ensaio: (1) de que forma essas formas simbólicas são reproduzidas? (2) até que ponto a submissão do trabalhador ao capital ocorre em função das formas simbólicas ou de suas necessidade e condições concretas de existência? (3) de que forma as formas simbólicas são apropriadas pela organização? (4) quais os mecanismos de introjeção dessas formas simbólicas na vivência do trabalhador dentro das organizações? (5) qual o papel da dimensão do inconsciente nesse processo? (6) de que maneira as formas simbólicas atingem a dimensão emocional e libidinal dos trabalhadores nas organizações?

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, A. *Michaels Young's the rise of the meritocracy: a philosophical critique. British Journal of Educational Studies*, v. 59, n. 4, p. 367-382, 2011.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, L. Freud e Lacan. Marx e Freud. Introdução crítico-histórica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANSART, P. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BALZAC, H. de. *Ilusões Perdidas*.. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 3, 1996.

BARTH, H. *Verità e ideologia*. Bolonha, Società Editrice Il Mulino, 1971.

CABRAL-CARDOSO, C. - *The Evolving Portuguese Model of HRM, The International Journal of Human Resource Management*, v. 15, n. 6, 2004.

CASTILLA, E. J.; BENARD, S. *The paradox of meritocracy in organizations*. Johnson Graduate School, Cornell University: 2010.

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵ Tal resultado analítico só é possível ao considerarmos que as ferramentas de avaliação de resultados as quais o ensaio se refere, fazem relação direta ao símbolo do mérito, ou seja, fazem referência direta à racionalização da estratificação social através do julgo do mérito. Sendo o mérito, por si só, constituído simbolicamente e por isso, conforme as teorias abordadas no ensaio, passível de apropriação para a realização do controle social e consequentemente nas organizações.

- CELARENT, B. *The rise of meritocracy, 1870 – 2033 by Michael Young. American Journal of Sociology*, v. 115, n. 1, p. 322-326. 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CHAVES, N. M. D.; CANÇADO, V. L. Meritocracia: a influência de traços da cultura brasileira na avaliação de desempenho e na atribuição do mérito. IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Anais... Brasília: 2013.
- COVRE, Maria de L. M. *A formação e ideologia do administrador de empresa*. São Paulo: Cortez, 1991.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- Durkheim, É. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- EAGLETON, T. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ENRIQUEZ, E. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. São Paulo: Tempo Brasileiro, 36/37: 53-94, jan.-jun. 1974.
- ENRIQUEZ, E. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. São Paulo: Tempo Brasileiro, 36/37: 53-94, jan.-jun. 1974.
- ENRIQUEZ, E. *Organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder*. Curitiba: Juruá, v. 1, 2011.
- FARIA, J. H. Epistemologia crítica do concreto e momentos de pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. *Revista de Administração Mackenzie*, vol. 16, n. 5, p. 15-40, 2015.
- FARIA, J. H. de; HOPFER, K. R. Controle por resultados no local de trabalho: dissonâncias entre o prescrito e o real. *RAE Eletrônica*, São Paulo, v. 5, n.1, p. 5-0, 2006.
- GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social*. Aparecida: Idéias & Letras. 2007.
- GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. 1.ed. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2014.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUENZER, A. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEAL, A. P.; BAUER, M. A. L. Análise e Desenho do Trabalho: do cargo à competência. In SOBOLL, Lis Andrea; SILVA, Deise Luiza da. *Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014.
- LEAL, A. P.; FARIA, J. H. A gestão por competências no quadro da hegemonia: estudo de caso numa organização multinacional de logística. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2005, Brasília. Anais... Brasília: 2005.
- LEFEBVRE, H. *A vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LENK, K. *El Concepto de ideologia*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1971.
- LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARCUSE, H. *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARCUSE, H. Materialismo histórico e existência São Paulo: Tempo Brasileiro, 1968.

MARX, K. 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1977b.

MARX, K. O capital. Livro I. Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, K; ENGELS, F.. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARENHAS, A. Gestão Estratégica de Pessoas. São Paulo. Cengage, 2008.

MENDES, A. M.; MORAES, R. D.; MERLO, A. R. C. Trabalho e sofrimento: práticas clínicas e políticas. Curitiba: Juruá, 2014.

Mészáros, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOREIRA, Vera Susana Lassance. Remuneração variável: Visão crítica da customização da gestão. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, F. C. P. Controle social nas organizações. RAE. 33(5):68-87, set.-out., 1993.

MOTTA, F. C. P. Controle social nas organizações. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.33, n5, p. 68-87, Set/Out. 1993.

MOTTA, F. C. P. e FREITAS, M. E. de. Vida psíquica e organização. São Paulo: Editora FGV, 2000.

OLIVEIRA, S. R. de. Remuneração: conceitos, modelos e aspectos históricos no Brasil. In: SOBOLL, Lis Andrea; SILVA, Deise Luiza da. Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

OLTRAMARI, A. P.; PAULA, M. J. M.; FERRAZ, D. L. S.. Do Departamento Pessoal ao Recursos Humanos Estratégico: os subsistemas e a sofisticação do controle do trabalhador. In: SOBOLL, Lis Andrea; SILVA, Deise Luiza da. Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RANCIÈRE, J. On the Theory of Ideology - Althusser's Politics. In: R. Edgley e P. Osborn (Ed.), *Radical Philosophy Reader*, Londres, 1985.

RICOUER, P. Interpretação e ideologia. São Paulo: Francisco Alves, 1990.

SANTOS, L. M. Una epistemología para el marxismo. Madrid: Akal Editor, 1976.

SOBOLL, L. A.; SILVA, D. L. S. Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. Curitiba: Editora Atlas, 1995.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAGTENBERG, M. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Moraes, 1980.

VOLNOVICH, J. R. Subjetividade e Organizações: o discurso neoliberal. In DAVEL, D.; VASCONCELOS, J. (ORG). "Recursos" Humanos e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1989.

YOUNG, M. *The Rise of the Meritocracy 1870-2033: An essay on education and society*. Londres: Thames and Hudson. 1958.